



**Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)**

**Avaliação,  
Políticas  
e Expansão  
da Educação  
Brasileira 6**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da  
Educação Brasileira 6

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 6 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 6)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-463-4 DOI 10.22533/at.ed.634191007  1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.  CDD 379.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES DE AÇÕES	
Adriane Sanae Matuo Tacahashi Heloisa Toshie Irie Saito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA CRIANÇA	
Edjôfre Coelho de Oliveira Claudiana Sousa Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A INTERVENÇÃO MUSICAL COM BEBÊS EM RISCO PSÍQUICO	
Aruna Noal Correa Ana Paula Ramos de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
A PRÉ-ESCOLA E A EMENDA 59/09 NO MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS	
Mariane Vieira Gonçalves Ana Cláudia Von Wurmb da Silva Vera Dausacker	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
BEBÊS EM BERÇÁRIO: EXPLORAÇÃO SONORO-MUSICAL COTIDIANA	
Aruna Noal Correa Cláudia Ribeiro Bellochio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO (NO) CORPO – A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA MOTRICIDADE NA INFÂNCIA	
Deborah Kramer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
COSTURINHAS: ALINHAVANDO AUTORIAS	
Marcelo Magalhães Foohs Ester Julice dos Santos Bastos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910077</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB	
Naara Queiroz de Melo Melânia Mendonça Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>79</b>
EXPERIÊNCIAS NARRADAS CORPORALMENTE E AS BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luciana Silvia Evangelista Mônica Caldas Ehrenberg	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>95</b>
FIGUEIREDO PIMENTEL: DO NATURALISMO À BIBLIOTHECA INFANTIL	
Soyane da Silva Santos Janahina de Oliveira Batista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>105</b>
FILOSOFIA E INFÂNCIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA PARA CRIANÇAS	
Williams Nunes da Cunha Junior Dariely Lays Monteiro de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>115</b>
MUSICALIZAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CRIANÇAS PEQUENINHAS E SUAS EXPLORAÇÕES MUSICAIS	
Maria Cristina Albino Galera Marta Regina Paulo da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>131</b>
O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO, O PNAIC E A NOVA VERSÃO DA BNCC: ENTRE TENSÕES E DESAFIOS	
Claudia de Souza Lino Claudia de Oliveira Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>144</b>
POLÍTICA DE “UNIVERSALIZAÇÃO” DA PRÉ-ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB (2014-2016)	
Kilma Wayne Silva de Sousa Melânia Mendonça Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100714</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>157</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA PESQUISA EM DUAS EMEIS DE SANTA MARIA - RS	
Andressa Wiedenhof Marafiga	
Jucilene Hundertmarck	
Taciana Camera Segat	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>169</b>
SER CRIANÇA, SER BRINCANTE: REFLEXÕES SOBRE O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Michaelly Calixto dos Santos	
Priscila Gomes dos Santos	
Sayarah Carol Mesquita dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>179</b>
SOBRE DIVERTIR, EDUCAR E INSTRUIR AS CRIANÇAS: O CASO DA REVISTA <i>VIDA INFANTIL</i> (1947-1951)	
Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>193</b>
O EFEITO DAS SESSÕES DE EDUCAÇÃO PARENTAL SOBRE AS PRÁTICAS DOS PAIS/ CUIDADORES RESIDENTES NO DISTRITO DE MATUTUÍNE, PROVÍNCIA DE MAPUTO, TAL COMO PERCEBIDO PELAS PARTICIPANTES E FACILITADORAS	
Lucena Albino Muianga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>208</b>
“ <i>CRIANÇA NÃO TRABALHA, CRIANÇA DÁ TRABALHO</i> ”: DO CANTO AO DESENCANTO DOS DIREITOS INFANTIS SOB OLHARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA	
Maria Cristina Silva Torres Soares	
Claine Gonçalves Nery	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>217</b>
A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: DO ONÍRICO AO REAL – POSSIBILIDADES	
Enéas Machado	
Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>225</b>
CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA REFLEXÃO DO PAPEL DO PROFESSOR: EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Deine Queiroz da Conceição	
Marcela Silva Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>229</b>
CURRÍCULO INTEGRADO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES NO PROEJA	
Gilvana Mendes da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100722</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>242</b>
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA PROPOSTA DO PROJovem URBANO: EMBATES E DESAFIOS	
Marcos Torres Carneiro Maria Aparecida de Queiroz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>247</b>
MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS E OS DILEMAS ENFRENTADOS PELA JUVENTUDE EM BUSCA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO	
Yossonale Viana Alves Márcio Adriano de Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>262</b>
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NO RIO GRANDE DO NORTE: ALGUMAS REFLEXÕES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva Maria Aparecida dos Santos Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100725</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>275</b>
CENÁRIOS DO CONTEXTO EDUCACIONAL: GÊNERO, INFÂNCIA E (IN) DISCIPLINA	
Franciéli Artl Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100726</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>286</b>
DIVERSIDADE DE PÚBLICO E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Maria Aparecida dos Santos Do Nascimento Sílvia da Aparecida Cavalheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100727</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>302</b>
PROBLEMATIZANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE AS CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS	
Kátia Batista Martins Adriana Cristina de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100728</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>319</b>
UM MODELO DIDÁTICO DO GÊNERO CURIOSIDADE CIENTÍFICA PARA O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Flávia Simões de Moura Luzia Bueno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100729</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>331</b>

## POLÍTICA DE “UNIVERSALIZAÇÃO” DA PRÉ-ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB (2014-2016)

**Kilma Wayne Silva de Sousa**

Universidade Federal de Campina Grande  
(PPGEd - UFCG)

Campina Grande – Paraíba

**Melânia Mendonça Rodrigues**

Universidade Federal de Campina Grande  
(PPGEd - UFCG)

Campina Grande – Paraíba

**RESUMO:** Este trabalho apresenta um recorte da dissertação desenvolvida no Mestrado Acadêmico em Educação, da Universidade Federal de Campina Grande/PB, relacionada à Linha de pesquisa História, Política e Gestão Educacionais. Tendo como objetivo analisar a concepção que norteia a política de “universalização” da pré-escola adotada pela Rede Municipal de Ensino de Campina Grande/PB, adotamos uma abordagem dialética, ancorada nas concepções de Estado neoliberal e de gerencialismo. Contemplando as etapas de aprofundamento teórico-conceitual, revisão da literatura, pesquisa de campo e análise documental, elegemos como categorias metodológicas a historicidade e a contextualização e, como categorias de conteúdo, o direito à educação infantil, o dever do Estado e os parâmetros de qualidade para esta etapa educacional. Em síntese, foi possível apreender que as estratégias adotadas pela

gestão municipal de Campina Grande/PB, na área da educação, apresentam traços de uma concepção eminentemente gerencial, marcada pela racionalização de recursos, pelo recuo da autonomia e da gestão democrática, pela avaliação do trabalho docente e pela definição da qualidade das escolas a partir de critérios meritocráticos e quantitativos. Destarte, os desdobramentos da lógica gerencial incidem também sobre a educação infantil, imersa num cenário no qual prevalecem princípios da racionalização técnica e de recursos, da eficiência, da eficácia e da produtividade, pressupostos basilares do gerencialismo. Essas medidas e as estratégias que vêm sendo utilizadas pelo poder público municipal para assegurar o atendimento à pré-escola, têm acarretado uma aparente descaracterização da educação infantil, contradizendo a concepção de criança como sujeito de direitos, ao reduzir a educação à categoria de mercadoria.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política de universalização da pré-escola. Estado neoliberal. Gerencialismo. Descaracterização da educação infantil.

**ABSTRACT:** This work presents a dissertation developed in the Academic Master in Education, Federal University of Campina Grande / PB, related to the History, Policy and Educational Management Research Line. Aiming to analyze

the conception that guides the policy of “universalization” of the pre-school adopted by the Campina Grande Municipal Education Network / PB, we adopt a dialectical approach, anchored in the conceptions of neoliberal State and of managerialism. Contemplating the stages of theoretical-conceptual deepening, literature review, field research and documentary analysis, we chose historicity and contextualisation as methodological categories and, as content categories, the right to early childhood education, the State’s duty and the parameters of quality for this educational stage. In summary, it was possible to perceive that the strategies adopted by the municipal administration of Campina Grande / PB, in the area of education, show traits of an eminently managerial conception, marked by the rationalization of resources, the retreat of autonomy and democratic management, and the definition of the quality of schools based on meritocratic and quantitative criteria. Thus, the unfolding of the managerial logic also affects children’s education, immersed in a scenario in which principles of technical rationalization and resources, efficiency, effectiveness and productivity, basic assumptions of managerialism, prevail. These measures and the strategies that are being used by the municipal public power to ensure attendance to preschool have led to an apparent de-characterization of child education, contradicting the conception of children as subjects of rights, reducing education to the category of merchandise.

**KEYWORDS:** Policy of universalization of preschool. Neoliberal state. Managerialism. Discharacterization of early childhood education.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 foi a pioneira, no país, no reconhecimento da educação infantil como um dever do Estado e da família e um direito das crianças. Assim, constituiu-se como um importante marco legal que antecedeu a aprovação de outros dispositivos regulatórios que passaram a nortear o atendimento às crianças menores de seis anos, no Brasil. Com essa definição, essa etapa vem galgando um espaço próprio não apenas no âmbito legal, mas também no campo das ações que, a partir de então, migraram da esfera assistencialista e de amparo social para a esfera da educação (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000).

Desde sua afirmação como primeira etapa da educação básica (BRASIL, 1996), a educação infantil tem passado por um constante processo de afirmação e de revisão de suas concepções, tomando como base a preconização dos direitos da infância, a preocupação com a educação de crianças em espaços coletivos e a adoção de práticas pedagógicas favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças. Também foi possível observar o fortalecimento da luta em prol da expansão e da melhoria do atendimento, vinculado ao reconhecimento de sua especificidade no conjunto da trajetória escolar. Ademais, tem ocorrido discussões que vêm resultando na elaboração de um conjunto de documentos oficiais, nos quais se destacam as temáticas relativas à afirmação da política de educação infantil, aos processos de sua integração aos sistemas de ensino, à formação inicial e continuada do quadro de profissionais, às

instalações físicas das instituições, ao trabalho educativo desenvolvido, à avaliação da qualidade do atendimento e ao percurso da política de educação infantil (FERREIRA; CÔCO, 2011).

No Brasil, o atendimento a crianças de 0 a 5 anos em instituições educativas se constitui como uma importante demanda social, refletida, sobretudo, no âmbito da esfera municipal. Sob a justificativa de cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 59/2009 e da meta nº 1 do PNE 2014/2024, que versa sobre a exigência de universalização do atendimento a crianças de 4 e 5 anos, o município de Campina Grande/PB vem ampliando a matrícula na pré-escola, optando pela transferência dessas crianças das instituições públicas que oferecem creche e pré-escola para escolas que atendem aos anos iniciais do ensino fundamental.

Diante dessa situação, sentimo-nos motivadas a investigar a política de universalização da pré-escola implementada pela Rede Municipal de Campina Grande/PB, tendo como recorte temporal os anos de 2014 a 2016. Este trabalho, por sua vez, traz em seu cerne aspectos referentes a essa pesquisa, direcionada à elaboração da dissertação no Mestrado Acadêmico em Educação, da Universidade Federal de Campina Grande/PB, na Linha de pesquisa História, Política e Gestão Educacionais.

Optamos pelo estudo desta temática em decorrência da nossa aproximação com o objeto, tendo em vista nosso histórico de atuação profissional como professora da educação infantil na rede pública deste município, desde o ano de 2003. Tendo atuado durante onze anos em instituições que atendem exclusivamente a essa etapa da educação básica, em 2015 fomos transferidas de instituição e passamos a desenvolver o trabalho, na pré-escola, em escolas de ensino fundamental que também ofertam turmas de educação infantil.

Para o âmbito deste trabalho trazemos um recorte da pesquisa, no qual apresentamos apontamentos concernentes à reforma administrativa evidenciada no município de Campina Grande/PB, à implantação da lógica gerencial na administração pública municipal e a alguns desdobramentos sobre a educação infantil, tendo como objetivo analisar a concepção que norteia a política de “universalização” da pré-escola adotada pela Rede Municipal de Ensino de Campina Grande/PB.

Embora haja outros estudos dedicados a investigar esta etapa educacional, neste município, (MACÊDO, 2005, 2014; LIMA, 2013; MELO, 2014; HERMIDA et al, 2015, dentre outros), buscamos lançar luz sobre questões que necessitam ser ainda mais problematizadas. Sendo assim, uma das pretensões da pesquisa consistiu em contribuir para a análise da política de educação infantil que vem sendo adotada na Rede Municipal de Ensino de Campina Grande/PB e que reflete na garantia do direito à educação das crianças de quatro e cinco anos, desvelando aspectos relativos ao atendimento às turmas da pré-escola, em escolas de ensino fundamental.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Pautado pelo pressuposto de que “o melhor método, ao se abordar um objeto que se queira pesquisar, seja começar pelo real e pelo concreto, ou o que mais concretamente represente a realidade” (WACHOWICZ, 2001, p. 2), assim como na perspectiva de compreender mais amplamente o fenômeno investigado, o presente trabalho está ancorado nas concepções de Estado neoliberal e de gerencialismo, norteadoras da administração pública na atualidade.

Para compreender o Estado neoliberal é necessário, antes de tudo, compreender o que significa a “doutrina particular que respondia pelo nome ‘neoliberalismo’, [assim como o processo que a transformou] na diretriz central do pensamento e da administração econômicos” (HARVEY, 2014, p. 11-12). Segundo Harvey (2014), o neoliberalismo constitui uma teoria das práticas político-econômicas cuja proposta prevê a liberação das liberdades e capacidades empreendedoras individuais como elementos chave para a promoção do bem-estar humano. A liberdade e o empreendedorismo, por sua vez, se desenvolveriam no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

Nessa perspectiva, o Estado tem como papel central a criação e a preservação de uma estrutura institucional que propicie as práticas anteriormente mencionadas, garantindo a solidez financeira, estabelecendo um aparato militar, policial, de defesa e legal que garantam direitos de propriedade individual, assegurando, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, em casos em que não haja mercados, estes podem ser criados pela ação do Estado, contudo, a intervenção estatal deve ser mantida num nível mínimo (HARVEY, 2014). Conforme destacado pelo autor, o neoliberalismo tornou-se hegemônico, também, no campo do discurso, passando a influenciar amplamente o comportamento das pessoas, afetando seus modos de pensar, viver e compreender o mundo e se incorporando às práticas cotidianas.

No tocante à relação entre o neoliberalismo e a educação, Shiroma, Moraes e Evangelista (2000) sublinham aquilo que classificam como uma sintonia e uma conexão entre o enaltecimento das forças de mercado (com suas correspondentes políticas de liberalização, desregulamentação e outras) e a hegemonia conservadora sobre as formas de consciência social e suas implicações nas práticas educativas. Consoante as autoras, toda a efervescência evidenciada em nível global, nos anos 1990, também é deflagrada no Brasil, com a ascensão de Fernando Collor de Mello à Presidência da República, quando foram implementadas mudanças que redefiniram a inserção do país na economia mundial. Nesse contexto, foi promovida a reestruturação da economia brasileira nos moldes dos ajustes e exigências da economia global.

No que tange ao gerencialismo ou *New Public Management* (NPM), sua emergência como novo paradigma de administração pública surge como uma das estratégias para superar os efeitos da crise do capitalismo, evidenciada em 1970.

Crise esta que impulsionou, nos países de capitalismo avançado, uma reorganização e reconceitualização do Estado, até então e desde pós-Segunda Guerra Mundial, caracterizado pelo *Welfare State*, pautado no modelo de organização burocrática da administração pública e baseado, economicamente, pelos princípios do keynesianismo (COSTA, 2010).

No que concerne à área educacional, a adoção do modelo gerencial procura impingir na esfera pública a lógica que rege as empresas. No campo pedagógico-administrativo, segundo Saviani (2013), evidencia-se a reorganização das escolas e a redefinição do papel do Estado, sob a égide do neotecnicismo.

Em conformidade com o autor, no Brasil, os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, sob os quais busca-se obter o máximo resultado com o mínimo de dispêndios, nos anos de 1970, sustentava a iniciativa, o controle e a direção direta do Estado. Em contrapartida, na década de 1990, assume uma conotação distinta, na qual defende-se “a valorização dos mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa privada e às organizações não governamentais, a redução do tamanho do Estado e das iniciativas do setor público” (SAVIANI, 2013, p. 438). A partir dessas orientações,

[...] as diversas reformas educativas levadas a efeito em diferentes países apresentam um denominador comum: o empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos buscando senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com a iniciativa privada e as organizações não governamentais (SAVIANI, 2013, p. 438).

Ancorado por essa ótica, “o controle decisivo desloca-se do processo para os resultados [e] é pela avaliação dos resultados que se buscará garantir eficiência e produtividade” (SAVIANI, 2013, p. 439). Assim, o Estado passa a exercer o papel de avaliador, seja por meio da criação de agências reguladoras ou mesmo de forma direta, como ocorre com a educação. Ademais, “o neotecnicismo se faz presente alimentando a busca pela ‘qualidade total’ na educação e a penetração da ‘pedagogia corporativa’” (SAVIANI, 2013, p. 439). O conceito de qualidade total, conforme o autor, está atrelado à mudança que o toyotismo provocou na esfera produtiva, em que a produção passou a ocorrer em pequena escala, visando atender a determinados nichos de mercado, extremamente exigentes.

Saviani (2013) acrescenta que, nessa busca pela “qualidade total”, mais uma vez é requerido ao trabalhador que “vista a camisa da empresa”, numa situação na qual se incita uma competição exagerada entre os trabalhadores, que têm que se esmerar para atingir os melhores e maiores níveis de eficiência e produtividade. Essa lógica rompe os muros das empresas e adentra nas escolas. Nesse novo cenário, aqueles que ensinam são vistos como prestadores de serviço, os alunos são clientes e a educação é o produto cuja qualidade é variável. Segundo o autor, sob a lógica da “qualidade total”, os verdadeiros clientes são a empresa ou a sociedade, enquanto os alunos representam os produtos fornecidos a esses clientes, pelas escolas. Ademais, as próprias empresas se transformam em agências educativas, constituindo a chamada

“pedagogia corporativa”, percebida principalmente no nível superior.

Diante de todos os aspectos até aqui apresentados, o estudo buscou conferir, ao objeto, um olhar dialético, analisando-o nos contextos político, social e econômico aos quais está inserido. Construída sobre a égide do materialismo histórico e alicerçada pela análise marxiana da realidade, a abordagem dialética se configura como resultado de uma postura ou concepção de mundo que tenta dar conta da realidade a partir da análise da totalidade, da especificidade, da singularidade e da particularidade, num contexto em que as categorias contradição, totalidade, mediação, alienação não existam *a priori*, mas, ao contrário, sejam construídas historicamente (FRIGOTTO, 2000).

De acordo com Gamboa (2000), as pesquisas crítico-dialéticas, questionam, fundamentalmente, a visão estática da realidade, que escamoteia o seu caráter conflitivo, dinâmico e histórico, de modo que, “sua postura marcadamente crítica expressa a pretensão de desvendar, mais que o ‘conflito das interpretações’, o conflito dos interesses” (p. 97). Com base nesse entendimento, ao adotarmos essa abordagem, buscamos inserir nossa investigação no âmbito das “pesquisas [que] manifestam um ‘interesse transformador’ das situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão sempre histórica e desvendando suas possibilidades de mudança” (GAMBOA, 2000, p. 97).

Considerando a relevância dos aspectos anteriormente abordados, acreditamos que a adoção da perspectiva dialética, como referencial de análise, também se justifica pela possibilidade de podermos estabelecer relações entre os aspectos quantitativos e qualitativos que cercam o fenômeno estudado, qual seja, a política de “universalização” da pré-escola adotada pela Rede Municipal de Campina Grande/PB. Acreditamos que nosso pensamento se coaduna com a ideia exposta por Minayo (2008), quando esta afirma que “a dialética pensa a relação de quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos, [buscando] encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos” (p. 24-25).

Nossa escolha também reflete a intenção de que a investigação acerca dos aspectos quantitativos referentes à política de universalização da pré-escola, implementada pela Rede Municipal de Campina Grande/PB, não evoque a necessidade em quantificar a realidade, simplesmente, e sim em compreender a dinâmica das relações sociais, visando explicá-la, a partir da compreensão das contradições expressas nas relações que cercam o fenômeno ora estudado (MINAYO, 2008).

Wachowicz (2001), ao reportar-se à adoção do método dialético na pesquisa em educação, refere-se às opções feitas pelo pesquisador com vistas a se aproximar do seu objeto de estudo e que lhe conferem os aspectos pelos quais ele poderá tomar esse objeto, aspectos esses denominados de categorias. Sendo assim, no âmbito desse estudo, adotamos, como categorias metodológicas, a historicidade e a contextualização e, como categorias de conteúdo, o direito à educação infantil, o dever do Estado e os parâmetros de qualidade para esta etapa educacional. Assim, visando

analisar a política de “universalização” da pré-escola implementada na Rede Municipal de Campina Grande/PB, bem como a concepção que a norteia, tivemos como ponto de partida categorias que possibilitassem vinculá-la a um contexto mais amplo, ao mesmo tempo que procuramos entender o lugar de onde surge e os elementos que constituem a sua essência (FRIGOTTO, 2000).

No intuito de nos aproximarmos do nosso objeto de estudo, o percurso metodológico contemplou as etapas de aprofundamento teórico-conceitual, revisão da literatura referente à educação infantil no Brasil e no município de Campina Grande/PB, pesquisa de campo e análise documental relativa aos aparatos jurídico-legais que regulamentam essa etapa da educação, tanto em âmbito nacional como em âmbito municipal, partindo do suposto de que “os sentidos não são dados nos documentos, são produzidos; estão aquém e além das palavras que os compõem” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 427).

Para a pesquisa de campo, elegemos a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, por essa técnica não implicar “uma conversa despreziosa e neutra uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (MINAYO, 2008, p. 57). Desse modo, a pesquisa contou com a participação de sujeitos relacionados à formulação das políticas públicas para a educação infantil no município de Campina Grande/PB e de pessoas que vivenciam *in loco* a implementação dessas políticas.

Destarte, é importante ressaltar que submetemos a pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP), do Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC), do município de Campina Grande/PB, do qual recebemos a autorização para que fosse realizada.

### **3 | A INCIDÊNCIA DA LÓGICA GERENCIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE/PB**

A Lei Complementar nº 015/2002, estabeleceu a reforma administrativa da Prefeitura Municipal e, em decorrência de sua implementação, a gestão do município passou a ser norteadada pela concepção gerencial, marcada, sobretudo, por substituir algumas diretorias e coordenadorias por gerências.

Em conformidade com o Art. 16 da referida Lei, a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura (SEDUC/CG) tem como finalidade

[...] garantir a educação como direito fundamental do cidadão, visando seu pleno desenvolvimento e favorecendo o despertar de suas potencialidades, formando para o exercício da cidadania, dentro dos princípios da liberdade e da solidariedade e a elaboração e execução do Plano Municipal de Educação, em articulação com a aprovação do Conselho Municipal de Educação e os órgãos municipais, estaduais e federais de educação (CAMPINA GRANDE, 2002).

De acordo com essa Lei, a SEDUC/CG passou a ser composta pelas seguintes unidades administrativas: I. Secretário Adjunto; II. Secretária; III. Assessoria Técnica; IV. Diretoria Administrativa e Financeira, V. Coordenadoria de Educação; VI. Diretoria Técnico-Pedagógica; VII. Diretoria de Apoio às Escolas; VIII. Coordenadoria de Esportes; e IX. Coordenadoria de Cultura.

Cada uma dessas unidades possui competências específicas, e, com exceção da Coordenadoria de Educação, todas as Coordenadorias e Diretorias se subdividem em gerências, como é o caso da Diretoria Técnico-Pedagógica, composta pela Gerência de Ensino Infantil, Gerência de Ensino Fundamental, Gerência de Avaliação Educacional; Gerência de Supervisão Escolar e Gerência de Projetos Pedagógicos (CAMPINA GRANDE, 2002).

Conforme Medeiros (2013), além da reestruturação interna, a implementação de programas e projetos advindos de parcerias entre o setor público e o setor privado, denota a adoção da lógica gerencial por parte da SEDUC/CG. Tais parcerias foram evidenciadas no início da década de 2000 e, dentre as instituições, a autora destaca o Instituto Ayrton Senna e o Programa Escola Campeã.

A partir de 2009, o município estabeleceu novas parcerias, desta vez com o Instituto Alpargatas - Camargo Corrêa SA, que passou a atuar com projetos na área de esportes, dentre estes, o Projeto de Educação pelo Esporte, que premia as escolas conveniadas. Segundo o Instituto, o Prêmio Educação, criado desde 2003, teria como finalidade identificar, valorizar e divulgar experiências de aprendizagem inovadoras e de qualidade em escolas públicas de ensino regular. Para tanto, a premiação é feita todos os anos, baseadas no Programa de Educação pelo Esporte e divididas em categorias que contemplam alunos, professores e gestores.

Além do programa anteriormente citado, Medeiros (2013) destaca que durante os anos de 2010 e 2011, a Rede Municipal implementou o Sistema de Gestão Integrado (SGI) em 12 escolas, em parceria com Instituto Camargo Corrêa. Segundo o Instituto, esse Programa teria como objetivo a instauração de um evoluído sistema de gestão, a partir da adoção de práticas gerenciais mais eficazes. Nesses termos,

[...] para implementação do SGI nas escolas Municipais de Campina Grande-PB, os gestores, supervisores e representantes da Secretaria de Educação participaram de um curso de formação, no qual estudaram o material do SGI, extenso documento que delimita cada passo a ser seguido pela equipe de liderança no sentido de apresentar, à comunidade escolar, todas as ações que deverão ser executadas (MEDEIROS, 2013, p. 84).

Medeiros (2013) ressalta que o aprofundamento da lógica gerencial, no que tange ao âmbito mais geral da administração municipal, decorre do encaminhamento, por parte do executivo, do Projeto de Lei nº 042/2011, elaborado em consonância com a Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. A partir de então, se instituiu o Programa de Parceria Público-Privada nos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município de Campina Grande, na segunda década dos anos 2000.

Na esteira das ações que aprofundaram os pressupostos gerencialistas no

município, a promulgação da Lei Complementar nº 72, de 10 de abril de 2013, que instituiu o 14º salário para os profissionais da Educação da Rede pública Municipal, demarca a cultura do bônus por desempenho e da responsabilização docente.

Um ponto a ser refletido, no âmbito deste trabalho, refere-se à exclusão da educação infantil na concessão desse bônus, tendo em vista que, no Art. 1, a Lei regulamenta que o pagamento do décimo quarto é destinado aos profissionais e aos trabalhadores da educação que atuem nas escolas públicas municipais que tiverem elevado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em pelo menos vinte por cento (CAMPINA GRANDE, 2013a). Nesse sentido, como esse índice não é aplicado à educação infantil, os profissionais dessa área não seriam contemplados por esse benefício.

Contudo, embora represente um direcionamento contrário ao que rege a Lei, uma Creche/Pré-Escola fez parte da lista de instituições que receberam o bônus no ano de 2014 sem que fosse explicitado pelo Poder Público, quais os parâmetros utilizados para essa concessão.

Silva (2016), em estudo acerca das políticas de *accountability* na educação básica, mais especificamente as políticas adotadas pela Prefeitura Municipal de Educação de Campina Grande/PB, analisa a situação acima mencionada. Segundo a autora, a concessão desse bônus para uma instituição de educação infantil revela

[...] o descumprimento da própria lei municipal, visto que o único critério estabelecido para o seu pagamento tem como referência a aumento do Ideb e somente às instituições que oferecem o Ensino Fundamental se aplica tal índice, visto que seus alunos, matriculados no 5º e no 9º ano, realizam a Prova Brasil. Desse modo, com base nas definições contidas na Lei n.º 072/2013, não é possível justificar o pagamento dessa bonificação aos profissionais que atuam em instituições de Educação Infantil (SILVA, 2016, p. 520).

Desse modo, evidencia-se que os critérios adotados pelo Governo mostram-se extremamente frágeis, pois, especialmente nesse caso, não há como mensurar a produtividade da instituição de educação infantil, de acordo com os requisitos expressos pela lei municipal.

Ainda na gama de acontecimentos pautados pela lógica gerencial, foi aprovada a Lei nº 5.372, de 03 de dezembro de 2013, que tornou obrigatória a divulgação do IDEB, por todas as escolas da rede municipal, de modo que estes fossem expostos em espaços bem visíveis (CAMPINA GRANDE, 2013b). Este fator revela o caráter de publicização de resultados, um dos pilares do processo de adoção de sistemas de avaliação standardizados.

Conforme Silva (2016), a Lei nº 5.372/2013 relaciona-se mais diretamente ao princípio da prestação de contas das escolas à sociedade uma vez que foi instituída a obrigatoriedade daquelas divulgarem os resultados obtidos do IDEB, contudo, não expressa as finalidades ou os objetivos desta obrigatoriedade. A autora ressalta que essas informações permitiriam a existência de comparações referentes ao índice atingido, à meta prevista e à média de cada escola da rede municipal de ensino,

elementos que possibilitariam a identificação de sua situação.

Para Silva (2016), o objetivo da exposição dos resultados alcançados no IDEB, definido nesta Lei, visa “tornar público o desempenho das instituições de ensino, mobilizar a comunidade local e a sociedade mais ampla para o acompanhamento e a cobrança dos profissionais da escola para assegurar a elevação dos índices obtidos” (p. 521).

Segundo Rodrigues e Oliveira (2016), no início do ano de 2014 a SEDUC/CG implantou a enturmação, outro processo fortemente marcado por pressupostos do gerencialismo. De acordo com as autoras, o termo “enturmação” foi definido no documento denominado “Matrícula: orientações gerais da Rede Municipal”, elaborado pela SEDUC/CG, no ano supracitado. A partir desse processo, foi estabelecida a quantidade mínima e máxima de alunos por turma, quais sejam: Pré I e Pré II - 18 a 25 crianças; Maternal I, Maternal II e 1º Ciclo Inicial - 20 a 25 crianças; Berçário, 1º Ciclo Intermediário e Final - 25 a 30 crianças; 2º Ciclo Inicial e 2º Ciclo Final - 30 a 35 crianças; 3º Ciclo Final e EJA e 4º Ciclo Inicial e Final - 35 a 40 crianças.

Consoante Rodrigues e Oliveira (2016), o processo de enturmação teve desdobramentos tanto nas escolas de ensino fundamental quanto em instituições de educação infantil. Algumas consequências desencadeadas por essa medida englobaram o fechamento de turnos em algumas escolas e/ou instituições de educação infantil, transferências de alunos em caráter compulsório, remanejamento de professores e superlotação de turmas, decorrente do acentuado número de grupos formados com mais de 30 alunos.

Paralelo a essa ação, a SEDUC/CG implantou um sistema de matrícula informatizado possibilitando, assim, o acesso aos dados dos alunos matriculados na rede e em cada turma específica. Conforme Rodrigues e Oliveira (2016), essa iniciativa denota a adoção de mais um princípio de cunho gerencial, a racionalização de recursos, o que acarretou o fechamento de escolas, afetando até mesmo aquelas que já possuíam um número considerável de alunos matriculados.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho apresentou um recorte da pesquisa realizada no Mestrado Acadêmico em Educação, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), cujo objeto de estudo foi a política de “universalização” da pré-escola implementada pela Rede Municipal de Campina Grande/PB.

O histórico do atendimento à educação infantil no município de Campina Grande/PB, é marcado pela acentuação dos pressupostos gerenciais nas ações do poder executivo municipal, uma das implicações decorrentes da reforma administrativa evidenciada no início dos anos 2000, pela qual a gestão municipal passou a ser norteadada pela concepção gerencial.

Diante dos dados aqui discutidos, a análise das estratégias adotadas pelo poder público municipal em Campina Grande/PB, na área da educação, apontou traços de uma concepção eminentemente gerencial, marcada pela racionalização de recursos e pelo recuo da autonomia e da gestão educacional democrática. Tal concepção, está baseada na avaliação do trabalho docente e na definição da qualidade das escolas a partir de critérios meritocráticos e quantitativos.

Não obstante, os desdobramentos da lógica gerencial incidem também sobre a educação infantil que, assim como ocorre no ensino fundamental, se vê imersa num cenário no qual prevalecem os princípios da racionalização técnica e de recursos, da eficiência, da eficácia e da produtividade, pressupostos basilares do gerencialismo. Nesse contexto, é possível perceber que tanto essas medidas quanto as estratégias que vêm sendo utilizadas pelo poder público municipal para assegurar o atendimento à pré-escola, têm acarretado uma aparente descaracterização da educação infantil, uma vez que contradizem a concepção de criança como sujeito de direitos ao reduzir a educação à categoria de mercadoria.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 08 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília: Senado Federal, 2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento>> Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CAMPINA GRANDE. **Lei Orgânica Municipal**, de 05 de abril de 1990. Disponível em: <<https://www.campinagrande.pb.gov.br/legislacao/lei-organica/>>. Acesso em agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 015, 23 de dezembro de 2002**. Estabelece a estrutura administrativa do poder executivo municipal de acordo com o que dispõe o Artigo 54, Parágrafo Único, X, da Lei Orgânica Municipal, e dá outras providências. Semanário Oficial nº 1.776. Campina Grande, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 072, de 10 de abril de 2013**. 2013a. Institui o décimo quarto salário dos profissionais da educação da rede pública municipal e dá outras providências. Semanário Oficial nº 2.338. Campina Grande, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.372, de 03 de dezembro de 2013**. 2013b. Torna obrigatória a divulgação do Ideb por

parte das escolas do Município na forma específica e dá outras providências. Semanário Oficial nº 2.338. Campina Grande, 2013.

COSTA, F. L. **Reforma do Estado e contexto brasileiro**: crítica do paradigma gerencialista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FERREIRA, E. CÔCO, V. Gestão em instituições de educação infantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 357-370, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 07 de setembro de 2016.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

GAMBOA, S. A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos do contexto. In: FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HERMIDA, J. F. MONTEIRO, E. C. SOUZA, C. F. A inclusão da pré-escola nos espaços e tempos escolares do ensino fundamental no município de Campina Grande (PB). In: HERMIDA, Jorge Fernando (org.). **Educação infantil**: diálogos e novos desafios. João Pessoa, Editora da UFPB, 2015.

LIMA, M. B. B. S. **Leituras pedagógicas das crianças com deficiência em creches e pré-escolas de Campina Grande-PB**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação, João Pessoa, 2012.

MACÊDO, L. C. **Práticas de cuidado e educação da criança de 0 a 2 anos na creche: novos olhares**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação, João Pessoa, 2005.

\_\_\_\_\_. **A infância resiste à pré-escola?** Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação, João Pessoa, 2014.

MELO, N. Q. **Matrícula obrigatória na pré-escola**: avanços e desafios no contexto do município de campina grande – pb. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br>>. Acesso em 25 de março de 2016.

MEDEIROS, S. S. **O gerencialismo na educação pública: a implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) na rede municipal de Campina Grande/PB**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação, João Pessoa, 2013.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RODRIGUES, M. M. OLIVEIRA, M. M. **Trajetória do gerencialismo na rede pública municipal de Campina Grande-PB**. Disponível em <[www.sbhe.org.br/novo/.../vi.../submissao\\_14712075178101472992308981.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/.../vi.../submissao_14712075178101472992308981.pdf)> Acesso em setembro de 2017.

SAVIANE, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SHIROMA, E. O. MORAES, M. C. M. EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SHIROMA, E. O. CAMPOS, R. F. GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 23, n 2, 2005. (Cópia impressa).

SILVA, A. F. Políticas de accountability na Educação Básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho. **RBPAE** - v. 32, n. 2, p. 509 - 526 mai./ago. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/59520/38378>> Acesso em 02 de outubro de 2017.

WACHOWICZ, L. A. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional** –v.2 – n.3 – p. 171 – 181. jan./jun. 2001. Disponível em: <[www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=730&dd99=view&dd98=p](http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=730&dd99=view&dd98=p)> Acesso em setembro de 2017.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-463-4



9 788572 474634